

CARTAS PATRIMONIAIS E O PLANO URBANO DE BOLONHA (IT): RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA

VALENTINA DE FARIAS BETEMPS DA SILVA¹; ANA LÚCIA COSTA DE
OLIVEIRA²

¹UFPEL – betempsvalentina@gmail.com

²UFPEL - lucostoli@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho tem por objetivo analisar a relação entre o plano de reabilitação urbana de Bolonha (Itália) e as cartas patrimoniais, a fim de identificar a aplicação das diretrizes das mesmas nesse planejamento. Essa comparação busca compreender se as cartas possuem relação com o sucesso desse projeto de reabilitação num espaço urbano histórico e como essa dinâmica ocorreu na prática. Além disso, busca-se perceber como essa prática fomentou a produção teórica sobre o tema. Outro intuito é vislumbrar possibilidades de relacionar essas teorias aplicadas na prática para o contexto latinoamericano, principalmente no âmbito das cidades de médio porte.

Essa investigação faz parte da pesquisa de mestrado intitulada *Análise crítica urbano contemporânea de cidades médias históricas consolidadas: uma abordagem fenomenológica do planejamento da cidade de Pelotas-RS*, desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) na linha Teoria e Patrimônio Cultural. Também integra o projeto de pesquisa *Cidades de médio porte do extremo sul do Brasil e em zona de fronteira: qualificação e proposição de espaços públicos sensíveis às relações intergeracionais, inclusivas e sustentáveis*.

De acordo com o Ministério das Cidades (2023), reabilitação urbana é: “(...)o processo de recuperação e adaptação de áreas urbanas consolidadas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana, criando condições e instrumentos necessários para conter os processos de esvaziamento de funções e atividades, repovoando essas áreas de forma multiclassista, com respeito às habilidades originais de cada área.” No entanto, esse discernimento sobre a temática é relativamente recente no campo da arquitetura e urbanismo.

A discussão acerca da conservação urbana integrada surge a partir da década de 50 na Europa, num contexto de cidades arrasadas após a 2^a Guerra Mundial e com grandes ondas migratórias (MARTINS; LAPA, 2022). Essa questão se torna tema de debates e de declarações por parte de profissionais envolvidos nessas reflexões, que dão origem às Cartas Patrimoniais que tratam dessa temática. As Cartas existem desde o século XIX, mas apenas nesse contexto a discussão sobre o espaço urbano se apresenta de forma contundente. Alguns dos primeiros documentos a citar esse tipo de abordagem é a Carta de Gubbio (1960) e de Veneza (1964), ao tratar da salvaguarda e recuperação dos centros históricos e do conceito geral de preservação, respectivamente. Essa temática aparece de forma latente até a década de 90, como na Carta de Lisboa (1995) e se expande para o continente americano, como na Norma de Quito (1967) e na Carta de Washington (1986).

Nesse ínterim, em 1969, surge o Plano para o Centro Histórico de Bolonha, um dos primeiros projetos dessa natureza a serem executados. A partir disso,

pretende-se observar a relação desse planejamento urbano com as diretrizes estabelecidas pelas cartas, conferindo se a teoria se aplicou na prática, e como a prática foi capaz de produzir novas teorias.

2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados consistem em revisão bibliográfica, tanto de referenciais do plano urbano de Bolonha, como MARTINS; LAPA (2022) e SCANNAVINI (1998), quanto das cartas patrimoniais de Gubbio (1960), Veneza (1964), Washington (1986) e Lisboa (1995), além da Norma de Quito (1967).

Em um segundo momento foi feita análise comparativa entre parâmetros, da seguinte forma: foram analisadas as cartas cronologicamente anteriores ao planejamento de Bolonha, até o ano de 1968, que abordam a temática da conservação ou reabilitação urbana, e foram observados os critérios propostos. Depois, analisou-se o próprio Plano para o Centro Histórico de Bologna e seus critérios, e nesse ponto foi feito um comparativo do quanto a teoria influenciou a prática.

Após, foram abordadas as cartas cronologicamente posteriores ao Modelo de Bolonha, e foi feito o processo inverso, observando se a prática foi capaz de produzir reflexão teórica acerca da temática. Por fim, foi feito um balanço quanto ao impacto dos processos e seus encaminhamentos relativos ao contexto latinoamericano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da revisão de literatura e comparação nota-se que os documentos conservativos patrimoniais relevantes para a temática foram as Cartas de Gubbio (1960) e Veneza (1964), além da Norma de Quito (1967). A Carta de Gubbio (1960) é um dos primeiros documentos a tratar da salvaguarda e recuperação dos centros históricos e previsão dos planos de recuperação conservativa, e foca principalmente na consolidação de leis e de recursos para esse fim. Poucos anos depois, a Carta de Veneza (1964) apresenta os princípios gerais de preservação, que vão da obra de arte ao monumento e testemunho histórico, sendo essa segunda categoria onde a cidade se enquadra.

No entanto, essas duas declarações ainda são genéricas no que diz respeito à aplicação no espaço urbano, apesar de sua grande importância nesse primeiro momento de discussões. Contudo, a Norma de Quito (1967) prevê a preservação das características ambientais por zonas de interesse, justificando que o espaço é inseparável do monumento, e essa é uma abordagem pioneira ao abordar a ideia de zoneamento sem o viés modernista, já consolidado desde a Carta de Atenas (1933).

Partindo para a análise do Modelo de Bolonha, pode-se encontrar uma organização setorizada, em parte devido aos graus de descaracterização, e por outro lado pela percepção dos projetistas de que a cidade histórica era incompatível com certas funções. Assim, foi pensada uma organização que fizesse coexistir diferentes centralidades, preservando o centro histórico de funções que gerassem desconforto e movimentos em massa de pessoas.

De forma geral, concebeu-se um plano onde uma distinção foi estabelecida entre zonas intactas e aquelas transformadas, de maneira que nem todo patrimônio edificado nos limites do centro histórico foi considerado digno de

preservação. O estudo dividiu a área delimitada em treze setores, e os bens edificados em três categorias: restauração científica, preservação dos atributos exteriores e demolição. E em 1973, o plano de moradia popular exclusivo para a cidade antiga foi implementado, incorporando cinco dos treze setores.



Imagen 1 - Mapas da conservação física do Centro Histórico de Bolonha e de graus de degradação: projeto de intervenções restaurativas e conservativas. Fonte: Scannavini, 1998.

O Modelo de Bolonha, que é na prática o argumento de que para o centro histórico sobreviver e permanecer relevante, no contexto das metrópoles contemporâneas, suas funções devem ser compatíveis com suas estruturas, respeitando a particularidade de suas redes comunitárias, e um processo continuado de conservação, gerou repercussão.

Anos após, a Carta de Washington (1986) já apresenta um entendimento da necessidade de construção de análises da relação do espaço construído com o ambiente natural do entorno, além de buscar um consenso com os países americanos sobre o uso da Carta de Veneza como base para a conservação e tutela dos bens.

A ulterior Carta de Lisboa (1995) é fruto de vários encontros posteriores, e é o primeiro documento a reunir de forma clara a definição de todas as técnicas possíveis, até então, da reabilitação urbana. Esse documento demonstra o quanto as discussões anteriores produziram clareza sobre as técnicas e processos de reabilitação.

4. CONCLUSÕES



A partir da revisão bibliográfica e comparação entre contextos, pode-se concluir que sim, a teoria influenciou a prática, mas a prática contribuiu imensamente para a teoria. Apesar da generalidade com que tratavam, as Cartas Patrimoniais deram subsídios para o Plano, principalmente as Normas de Quito ao sugerirem setorização.

O Modelo de Bolonha foi um grande passo no planejamento urbano no que tange às práticas de conservação integrativas, e fomentou a produção teórica sobre o tema, como se pode ver nas Cartas seguintes, que apresentam conceitos mais claros sobre a temática e classificações mais específicas e assertivas.

Como consideração final é importante acrescentar que esse foi um primeiro passo que compôs a pesquisa, no intuito de observar métodos e técnicas e criar paralelos de aplicação para o contexto latinoamericano. Pode-se concluir, pelo encontrado como contribuição da prática para a teoria na Carta de Lisboa (1995), que existem caminhos sendo traçados nesse sentido.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCSA. **Carta di Gubbio.** 1960. Online. Disponível em: <https://www.ancsa.org/la-storia-e-larchivio/la-prima-carta-di-gubbio-1960/>. Acesso em: 08 out. 2024.

Carta de Lisboa. *In: 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa.* Lisboa, 1995.

ICOMOS. **Carta Internacional para salvaguarda de cidades históricas** (Carta de Washington), 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

ICOMOS. **CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna** (Carta de Atenas). 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

ICOMOS. **Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios** (Carta de Veneza), 1964. Tradução de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia. Disponível em: <https://bitly.com/rPIrtlMEu>. Acesso em: 08 out. 2024.

ICOMOS. **Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico** (Normas de Quito), 1967. Tradução de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia. Disponível em: . Acesso em: 08 out. 2024.

SCANNAVINI, Roberto. **Trent'anni di tutela e di restauri a Bologna:** fra monumenti e cultura, l'adattamento e la riduzione dei grandi contenitori storici a side per musei, biblioteche e funzioni istituzionali ed universitarie. Costa Editore: Bologna, 1989.

MARTINS, F.; LAPA, T. de A. O modelo de Bolonha: origens e repercuções no campo da conservação integrada. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais.** v.24, E202237pt, 2022. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202237pt>.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **O que é reabilitação urbana?** Portal GOV, 21 mar. 2023. Desenvolvimento urbano e metropolitano. Reabilitação de áreas urbanas. Acessado em 08 out. 2024. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/1-o-que-e-reabilitacao>